COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E DE SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 4.705, DE 2012

Altera a redação do “caput” do art. 143 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, para determinar que os dez dias convertidos em abono pecuniário deverão ser remunerados acrescidos de um terço sobre a remuneração devida nos dias correspondentes.

Autor: Deputado CARLOS BEZERRA

Relator: Deputado VICENTINHO

I – RELATÓRIO

Por louvável iniciativa do Deputado Carlos Bezerra pretende-se legislar sobre matéria que tem sido decidida nos tribunais. Trata-se de alteração do art. 143 da CLT para ordenar o pagamento do abono pecuniário acrescido de um terço.

Como sustentado na justificação, exatamente por se encontrar dividida a jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho (TST) em relação a essa matéria, é que se pretende legislar sobre o assunto de modo a uniformizar seu entendimento.

Foi apresentada Emenda Substitutiva pelo nobre Deputado Sílvio Costa, dentro do prazo regimental, propondo, ao invés do art. 143 do projeto original, a alteração do art. 142 da CLT para dizer que “*o empregado perceberá, durante as férias, a remuneração que lhe for devida na data da sua concessão, acrescida de um terço*”. Nessa emenda, o ilustre colega alega que o projeto é inconstitucional, pois “*impõe pagamento em período de férias superior ao limite máximo permitido*”.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

A matéria sobre a qual se pretende legislar vem em boa hora, já que os tribunais estão assoberbados de casos tratando de matéria que, se colocado

27B2055922

27B2055922

com clareza no texto legal, não causaria problemas interpretativos no que tange à forma de cálculo do pagamento do abono pecuniário.

Observe-se, por exemplo, o acórdão abaixo que trata exatamente dessa dúvida sobre a forma de cálculo do pagamento do abono pecuniário – se o pagamento deve ou não ser acrescido de um terço:

"RECURSO DE REVISTA. ABONO PECUNIÁRIO DE FÉRIAS. FORMA DE CÁLCULO. PROVIMENTO. 1. Conforme estabelece o art. 7º, XVII, da CF, é garantia do trabalhador o gozo de férias anuais remuneradas com o acréscimo de, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal. Ademais, o art. 143 da CLT faculta ao empregado converter 1/3 (um terço) do período de férias a que tiver direito em abono pecuniário, no valor da remuneração que lhe seria devida nos dias correspondentes. 2. -In casu-, o Regional consignou que o cálculo do terço constitucional de férias, tal como elaborado pela Reclamada, ao seguir as regras do seu manual normativo, era realizado em duas rubricas distintas, implicando, portanto, uma diferença a menor no valor devido a título de abono pecuniário, impondo-se a obrigação de pagar as respectivas diferenças. 3. Entretanto, não se pode dizer que o pagamento do terço constitucional sobre os vinte dias usufruídos de férias esteja equivocado ou implique prejuízo ao trabalhador, desde que a remuneração do abono pecuniário, nos casos de venda das férias, contemple o valor correspondente à incidência do terço constitucional na remuneração dos dez dias vendidos, tal como era realizado no presente caso, sob duas rubricas distintas, tendo a quitação da parcela, pelo empregador, sido feita de maneira correta, não havendo nenhuma mácula aos direitos do trabalhador, encontrando-se devidamente respeitadas as disposições dos arts. 143 da CLT e 7º, XVII, da CF. 4. Ora, como se observa, e na esteira de precedentes desta Corte, merece reforma o acórdão regional, a fim de restabelecer a sentença de origem e afastar a condenação imposta à Recorrente, relativa a diferenças de férias. Recurso de revista provido." (TST-RR-72100-58.2011.5.13.0008, 7ª Turma, Rel. Min. Ives Gandra Martins Filho, DEJT 11.5.2012)(grifo nosso).

Daí se depreende a necessidade de elaborar o presente texto legal para por fim à dúvida de interpretação legal e, de certa maneira, como ensinado pelo Ilustre Ministro Ives Gandra Filho na decisão supracitada, seguir essa linha de pensamento que integra a opinião dominante no Tribunal Superior do Trabalho – TST. Ou seja, o abono pecuniário deve ser acrescido de um terço, assim como as férias

27B2055922

27B2055922

gozadas. Se não fosse assim, haveria prejuízo para o empregado quando vendesse parte das suas férias para trabalhar.

Com a detalhada análise feita acima, não podem prosperar os argumentos do autor da emenda substitutiva no sentido de que haverá “pagamento em dobro” ou desrespeito à Constituição Federal, *“pois impõe pagamento em período de férias superior ao limite máximo permitido.”*

O texto proposto no presente projeto é claro ao dizer que *“os dez dias convertidos em abono pecuniário deverão ser remunerados acrescidos de um terço sobre a remuneração devida nos dias correspondentes”* como se vê na ementa supracitada.

Ademais, não há que se falar em “limite máximo”, pois a Constituição, no caput do art. 7º, assim dispõe: *são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social.* Qualquer pagamento maior que “um terço”, ou dias a mais de férias, terá aceitação imediata pelo empregado, seja por benevolência do patrão, seja por acordo coletivo quando a empresa estiver em situação econômica confortável.

Pelo exposto, somos pela **aprovação do Projeto de Lei nº 4.705, de 2012, e pela rejeição da Emenda Substitutiva** ora apresentada.

Sala da Comissão, em de de 2013.

Deputado VICENTINHO

Relator

27B2055922

27B2055922